

Projeto **RAMA**

Repensar a **A**valiação **M**elhorar as **A**prendizagens

(Projeto de Intervenção do Agrupamento de Escolas de Amareleja no âmbito do Projeto **MAIA**)



Amareleja, 21 de julho de 2021

Narrativa do Projeto MAIA

O Projeto MAIA é um projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica que visa em última instância a melhoria das aprendizagens de todos os alunos, colocando a tónica na avaliação formativa. De toda a literatura produzida pelo Projeto MAIA, podemos destacar vários princípios e/ou afirmações, retirados de várias publicações.

Da Folha "Avaliação Formativa", organizada por Domingos Fernandes:

- A utilização sistemática da avaliação formativa deve permitir que os alunos conheçam bem três aspetos: o que têm de aprender no final de um dado período de tempo; a situação em que se encontram quanto às aprendizagens que têm que desenvolver e, por último, os esforços que têm de fazer para aprenderem o que está previsto e descrito nos documentos curriculares.

- A comunicação entre professores e alunos é fundamental, pois é através dela que os alunos podem receber orientações que os ajudam a aprender. A esta comunicação dá-se o nome de *feedback*. O *feedback* é um processo essencial que tem de fazer parte intrínseca do processo de avaliação formativa. É através da distribuição criteriosa, inteligente e sistemática de *feedback* que os professores podem ter um papel decisivo no processo de aprendizagem dos alunos.

- A avaliação formativa tem de estar integrada nos processos de ensino e de aprendizagem. Assim, a avaliação formativa tem de ser realizada quando os professores estão a ensinar e quando os alunos estão a aprender, ou seja, ela deve ocorrer durante os processos de ensino e de aprendizagem.

- A avaliação formativa é um processo tendencialmente contínuo que pressupõe a participação ativa dos alunos nas tarefas propostas pelos professores.

- O propósito mais relevante da avaliação formativa é contribuir ativamente para que os alunos aprendam mais e melhor, com compreensão e com mais profundidade. Neste sentido, ela tem de ser um processo rigoroso para permitir recolher informação de elevada qualidade acerca do que, em cada momento, os alunos sabem e são capazes de fazer. As informações recolhidas através da avaliação formativa não são utilizadas para classificar os alunos. Elas devem ser essencialmente utilizadas para proporcionar a distribuição de *feedback* que ajude os alunos a aprender.

- A avaliação formativa é, pois, um processo eminentemente pedagógico, tão integrado quanto possível nos processos de ensino e aprendizagem.

- A avaliação formativa exige uma outra forma de trabalhar nas salas de aula, com os alunos mais ativos e participativos na resolução das tarefas propostas pelos professores. As tarefas propostas aos alunos deverão servir para aprender, servir para ensinar e servir para avaliar (exemplo de tarefas: elaboração de sínteses escritas, resolução de problemas, recolha de informação, realização de experiências, testes, listas de verificação, observações, rubricas, apresentações orais, inquéritos por questionário e entrevistas, entre outras). É importante diversificar os processos de recolha de informação, evitando privilegiar qualquer um deles.

- A avaliação formativa depende de uma reflexão pedagógica profunda acerca do que os alunos devem aprender e do tipo de oportunidades e de ambiente escolar que deve ser criado para que tal aconteça.

- O *feedback* é o real conteúdo da avaliação formativa, pois é através dele que os alunos sabem o que tem de aprender, onde se encontram em relação à aprendizagem e o que têm de fazer para aprender.

- Os alunos e as suas aprendizagens devem estar no centro de toda a ação pedagógica. As dinâmicas de trabalho nas salas de aula devem ser diversificadas, podendo os alunos trabalhar em pequenos grupos, em pares ou no grande grupo com o apoio e a orientação dos professores. As tarefas devem ser tão diversificadas quanto possível e através delas os alunos devem ter oportunidades reais para participar na avaliação das suas aprendizagens, quer através de processos de autoavaliação, quer através de processos de avaliação entre pares ou ainda da avaliação em grande grupo.

- A relação pedagógica que se estabelece entre professores e alunos é, comprovadamente, um elemento essencial para a criação de um clima favorável ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos. Cada aula tem de ser meticolosamente pensada e planeada.

- Uma avaliação para as aprendizagens é uma avaliação essencialmente orientada para melhorar e para aprender e não para classificar. Uma avaliação pensada e planeada para incluir todos os alunos e não para discriminar os que eventualmente possam ter mais dificuldades.

Da Folha "Avaliação Sumativa", organizada por Domingos Fernandes:

- A avaliação sumativa permite-nos elaborar um balanço ou um ponto de situação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer no final de uma unidade temática ou após ter decorrido um certo período de tempo. A avaliação sumativa é pontual e ocorre normalmente após os processos de ensino e aprendizagem e não durante esses processos. A avaliação sumativa tem como um dos seus propósitos a recolha de informação no sentido de formular um juízo acerca do que os alunos aprenderam, atribuindo-lhes, ou não, uma classificação.

- A avaliação sumativa permite recolher, de forma pensada e deliberada, informações consideradas indispensáveis para classificar os alunos, embora os resultados de certas formas de avaliação sumativa possam não ser utilizados para classificar os alunos. Para além disso, produz informação sistematizada e sintetizada, que é registada e tornada pública, acerca do que se considerou ter sido aprendido pelos alunos.

- Nas práticas de avaliação sumativa cujos resultados são utilizados para atribuir classificação aos alunos é necessário definir os critérios de avaliação, de modo que seja possível, para cada um, descrever diferentes níveis de desempenho por parte dos alunos. Os critérios de avaliação são importantes referenciais de aprendizagem que devem ser definidos durante o processo de planificação do ensino, ser transparentes e do conhecimento dos alunos. São os critérios que, no fundo, indicam aos alunos o que eles têm de aprender e saber fazer.

- A avaliação formativa e a avaliação sumativa devem implicar processos rigorosos de recolha de informação e de comunicação com os alunos e não se podem confundir uma com a outra. Têm naturezas e propósitos distintos, ocorrem em momentos distintos e têm inserções pedagógicas distintas. Mas são, obviamente, processos complementares que podem e devem contribuir para apoiar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

Da Folha "Rubricas de Avaliação", organizada por Domingos Fernandes:

- A utilização de rubricas de avaliação constitui um procedimento bastante simples para apoiar a avaliação de uma grande diversidade de produções e desempenhos dos alunos. Numa rubrica, deveremos ter sempre dois elementos fundamentais: um conjunto coerente e consistente de critérios e um conjunto muito claro de descrições para cada um desses critérios. As rubricas permitem desenvolver uma avaliação de referência criterial, ou seja, permitem comparar o que os alunos sabem e são capazes de fazer num dado momento com um ou mais critérios e suas descrições e não com uma média ou com um grupo, como acontece na avaliação de referência normativa.

- As rubricas podem ser utilizadas quer no contexto da avaliação formativa, avaliação para as aprendizagens, ou seja, para distribuir *feedback* de elevada qualidade, quer no contexto da avaliação sumativa, para que num dado momento se possa fazer um balanço ou um ponto de situação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer. A relevância das rubricas de avaliação decorre do simples facto de clarificarem o que os alunos devem aprender e saber fazer. Perante uma rubrica que se assume que é clara e bem construída, alunos e professores ficam bem cientes acerca das características e das qualidades que o trabalho deve ter, para evidenciar as aprendizagens realizadas. Assim, as rubricas contribuem para articular as aprendizagens com o ensino e a avaliação. Elas podem e devem ser utilizadas para ajudar os alunos a aprender e os professores a ensinar. Além disso, permitem que ambos avaliem o trabalho realizado.

- Uma vez que as rubricas estão focadas nas aprendizagens dos alunos, os professores tenderão a centrar-se menos nas tarefas que têm que fazer e mais nas aprendizagens que os alunos têm de desenvolver. Os alunos deverão sempre ter acesso às rubricas que estão a ser utilizadas e, inclusivamente, sempre que tal seja possível, participar na identificação de critérios e na descrição dos desempenhos considerados relevantes para as aprendizagens a desenvolver.

Da Folha "Diversificação dos processos de recolha de informação (dois exemplos)", organizada por Domingos Fernandes:

- O processo de recolha de informação a partir dos dados de autoavaliação dos alunos pode constituir um importante meio para melhorar os processos de avaliação em geral e tem a particular vantagem de contribuir para que os alunos participem ativamente no processo. A autoavaliação é um processo cognitivo e metacognitivo e exige que os alunos reflitam seriamente acerca do que aprenderam, pois só desse modo poderão tornar-se conscientes acerca da situação em que se encontram para vencerem eventuais dificuldades. A autoavaliação não é, por isso, a emissão de uma opinião acerca da classificação que o aluno acha que lhe deve ser atribuída.

Da Folha "Critérios de avaliação: questões de operacionalização", organizada por Sandra Cardoso e José Paulo Coelho:

- A avaliação normativa e a avaliação criterial diferem essencialmente quanto às suas finalidades: a primeira tem como intenção classificar, no sentido de dividir em classes; a segunda considera o aluno como um ser singular e procura observar e

analisar os processos individuais de aprendizagem com a intenção de acionar mecanismos de *feedback* de qualidade no sentido de melhorar o seu desempenho.

- Os critérios de avaliação podem ser uma ferramenta poderosa ao serviço das aprendizagens dos alunos, porque através dos critérios e dos respetivos níveis de consecução, indicadores ou descritores, ficamos a saber o que é desejável que todos os alunos aprendam e sejam capazes de fazer, mas também a situação em que cada um se encontra relativamente a essa situação desejável. Os "critérios de avaliação" não é apenas um documento com os dados que se consideram importantes divulgar sobre a avaliação num determinado Agrupamento/Escola, é, antes de tudo, uma ferramenta que permite refletir sobre o que é desejável que os alunos aprendam e que pode (e deve) adequar-se ao contexto de cada escola, sem prejuízo do respeito pelos documentos curriculares.

- Na definição dos critérios de avaliação é fundamental que, em conjunto, os professores dediquem tempo e inteligência à interpretação/reflexão/apropriação dos documentos curriculares e, sustentadamente, definam e operacionalizem critérios de avaliação em consonância com o referencial por excelência constituído pelo Perfil dos Alunos à Saída da escolaridade Obrigatória. É fundamental, pois, o trabalho colaborativo na definição dos critérios de avaliação.

Da Folha "Aprender melhor com políticas de classificação mais transparentes e consistentes", organizada por Domingos Fernandes:

- A organização pedagógica das instituições escolares tem de estar baseada em ideias, em projetos, que, no fundo, materializam a forma como se pensam e se sentem o currículo e a pedagogia. Pensar e desenvolver o currículo são exigentes tarefas dos professores e das escolas no âmbito das suas estruturas (conselhos pedagógicos, departamentos) que devem resultar na formulação de políticas que, num certo sentido, traduzam o melhor pensamento de uma comunidade de professores acerca do que devem ser as estratégias, os recursos e as ações concretas a desenvolver para que os alunos possam alcançar plenamente os objetivos de aprendizagem previstos no currículo. A avaliação pedagógica e a classificação são processos incontornáveis quando se pensa acerca do currículo e do seu desenvolvimento, e as decisões que se tomam no seu âmbito estão intrinsecamente associadas às formas como os alunos organizam o seu estudo, como participam e se comportam nas aulas, como se motivam para estudar e, naturalmente, como aprendem. São processos que têm de ser fundamentalmente pensados e discutidos, mobilizando, por um lado, o conhecimento disponível e, por outro lado, a experiência dos profissionais. E será, com certeza, a partir da confluência de todos estes elementos que deverão ser definidas uma política de *avaliação* e uma política de *classificação*.

- As práticas de classificação deverão estar focadas nas aprendizagens dos alunos tal como estão definidas no currículo (Aprendizagens Essenciais, Perfil dos Alunos à saída da escolaridade Obrigatória). Consequentemente, a definição de critérios, decorrente da análise e discussão do currículo, é um processo fundamental para estabelecer o que é importante avaliar e, por isso, o que é que é importante aprender. Nesta linha de pensamento as notas devem traduzir tão fielmente quanto possível, o que é que os alunos sabem e são capazes de fazer tendo em contas as aprendizagens realizadas. Por princípio, as notas devem sempre basear-se nas últimas evidências de aprendizagem dos alunos.

- Para que as notas sejam consistentes, fiáveis e credíveis é muito importante que exista uma articulação muito estreita entre os critérios de avaliação definidos, os níveis de consecução ou descritores que lhes são inerentes e, naturalmente, as aprendizagens definidas no currículo. As práticas de avaliação formativa podem e devem cumprir o papel de distribuir *feedback* para que os alunos aprendam e se sintam mais bem preparados para as avaliações de natureza classificatória.

Narrativa do Agrupamento de Escolas de Amareleja

Quem somos:

O Agrupamento de Escolas de Amareleja é constituído pela escola sede, em Amareleja, e três escolas polo, em Santo Aleixo da Restauração, Safara e Póvoa de S. Miguel.

De acordo com o documento da Caracterização Escolar, produzido pela equipa do Observatório da Qualidade no início do ano letivo, o Agrupamento é frequentado por um total de 502 alunos, que se distribuem por ciclo de escolaridade da seguinte forma:

N.º Alunos por Ciclo	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	PIEF	Total
Total	112	165	92	110	23	502

Existe um número elevado de alunos que beneficiam de Ação Social Escolar - 275 alunos de todos os ciclos, que corresponde a uma percentagem de 55%, e 62 alunos que usufruem de medidas seletivas e adicionais.

Para além do que foi referido, destaca-se também o facto de haver um elevado número de alunos de etnia cigana, que no presente ano letivo corresponde a 24,9% do total de alunos.

O corpo docente é constituído por um total de 66 docentes que se distribuem da seguinte forma, tendo em conta o ciclo em que lecionam e o tipo de vínculo:

Tipo de vínculo/Ciclo	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	910	Total
QA	4	10	5	10	1	30
QZP	2	2	2	3	2	11
Contrato	1	4	7	10	3	25
Total	7	16	14	23	6	66

Destaca-se o elevado número de docentes cujo vínculo é o contrato, que corresponde a cerca de 38%, por implicar uma maior mobilidade anual.

Desempenham também funções no Agrupamento 8 técnicos especializados (psicólogos, terapeuta da fala, terapeutas ocupacionais, técnicos de serviço social) e 30 assistentes técnicos e operacionais.

No que diz respeito aos Encarregados de Educação, na sua maioria mães, cerca de 25% têm como habilitações literárias o ensino secundário, cerca de 24% o ensino básico e apenas 8% são licenciados. Existe também uma percentagem de cerca de 22% com habilitações desconhecidas ou sem habilitação. Quanto à situação de emprego, 46% estão desempregados.

Contextualização do projeto MAIA no Agrupamento de Escolas de Amareleja

Projeto RAMA: Repensar a Avaliação, Melhorar as Aprendizagens

O Projeto de Intervenção aqui apresentado fundamenta-se nos documentos legais vigentes, com destaque para o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, o Decreto-lei 55/2018, o Decreto-lei 54/2018, as Aprendizagens Essenciais e a oficina de formação do projeto MAIA. Este projeto tem como finalidade a melhoria das práticas de avaliação pedagógica e o seu contributo para que todos os alunos aprendam mais e melhor. Assim, é necessário ter uma visão integradora dos processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação à luz da legislação em vigor.

Pese embora todas as orientações constantes nos decretos-lei n.º 54 e 55/2018, ambos de 6 de julho, as portarias 223-A/2018, 226-A/2018 e 235-A/2018 e até mesmo no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, constata-se que as práticas de avaliação no Agrupamento de Escolas de Amareleja ainda não refletem com toda a propriedade os pressupostos definidos nos normativos legais. Verificamos, por exemplo, que se utiliza a palavra classificação como sinónimo de avaliação. Ora, classificar é diferente de avaliar.

A classificação é a atribuição de um nível ou menção com base numa escala tendo como referência um conjunto de critérios ou parâmetros. A classificação por si só é muito redutora e não reflete as competências desenvolvidas pelos alunos. Segundo Perrenoud (1982), a classificação tem constituído a única fonte de informação a partir da qual o aluno, os encarregados de educação e a escola se têm relacionado. A classificação desenvolve, também, sentimentos de competição precoce, na medida em que se constitui, muitas vezes, como a preocupação fundamental dos alunos e dos professores, levando a uma prática quotidiana de luta pela nota e a práticas negativas como as de copiar e de memorizar as matérias ou de procurar iludir o professor. Ela é geradora de conflitos na relação professor-aluno suscetíveis de afetar seriamente as aprendizagens. (cf. Rosado, Ana, FMH).

Avaliar é muito mais abrangente. E dentro da avaliação temos que distinguir a avaliação formativa da avaliação sumativa. Esta última pode, ainda, ter fins avaliativos ou classificatórios.

A avaliação formativa é muito mais rica e se for bem planeada está ao serviço das aprendizagens. É, pois, uma avaliação para as aprendizagens. Para isto, socorre-se do seu carácter contínuo e sistemático; integra o processo de ensino e aprendizagem, fundamentando o seu desenvolvimento e permitindo quer aos alunos/as quer aos docentes redefinir estratégias, metodologias e a própria atitude face às aprendizagens. Por isso, permite a autorregulação de ambos no que se refere às aprendizagens. De facto, a avaliação formativa recorre a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação (adequados à diversidade de aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem) e fundamenta a definição de estratégias (de diferenciação pedagógica, de superação de dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional), permitindo o reajustamento de processos e estratégias. A avaliação formativa deve ainda promover a articulação com os pais e encarregados de educação de modo a que haja por parte destes um envolvimento que apoie e incentive os alunos no seu processo de aprendizagem. Tendo em conta as inúmeras vantagens para a aprendizagem dos alunos/as, reconhece-se que deverá ser a principal modalidade de avaliação. A avaliação formativa tem de estar integrada nos processos de ensino e de aprendizagem, o que pressupõe que tem que ser realizada quando os professores estão a ensinar e quando os alunos estão a aprender, ou seja, ela deve ocorrer durante os processos de ensino e aprendizagem. A avaliação formativa é, pois, um processo eminentemente pedagógico, tão integrado quanto possível nos processos de ensino e aprendizagem, tendencialmente contínuo, cujo principal e fundamental propósito é apoiar e melhorar as aprendizagens dos alunos/as. (Cf. Fernandes, Domingues, Folha Avaliação Formativa, p.3).

A avaliação formativa tem no *feedback* de qualidade, um dos seus principais pilares. O *feedback* de qualidade, quando bem estruturado e fornecido, é, de facto, fundamental para que as aprendizagens sejam devidamente apropriadas pelos aprendentes, entenda-se, pelos alunos/as. Um *feedback* de qualidade terá que reunir as seguintes características: sistemático, atempado, criterioso, específico, descritivo, informativo, construtivo, claro, adequado e eficaz.

Um *feedback* substantivo comporta três componentes, o *feed-up*, *para onde é que vou?*, que pode ser entendido como uma construção partilhada de objetivos e critérios de aprendizagem; o *feedback*, *como é que eu vou?*, visto como disponibilização de informação oral ou escrita sobre o desempenho do aluno em cada tarefa, que, mais do que identificação dos erros e respetiva correção, resulta da avaliação do seu progresso relativamente aos objetivos pretendidos e da indicação de ações conducentes à sua concretização e, por último, o *feedforward*, *planificação de ações futuras*, materializado na utilização, pelo professor, da informação recolhida para efeitos de reflexão, reorganização, reajustamento das suas estratégias e ações futuras. Machado, Eusébio (2020). Folha *Feedback*. DGE: Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica.

Outro aspeto a ter em conta na avaliação formativa é a utilização de rubricas. Estas permitem envolver o aluno na sua construção, tornando-as indubitavelmente mais ricas do ponto de vista pedagógico, e, ao mesmo tempo, fornecem uma orientação clara das tarefas/competências que o aluno/a terá que desenvolver para concretizar em pleno as aprendizagens. Sem dúvida que a avaliação formativa, ao acompanhar sistematicamente o trabalho do aluno/a e ao fornecer-lhe regularmente indicações sobre em que ponto está, onde deverá estar e como chegar lá, é a pedra-de-toque do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo até para a centralização deste processo em si próprio.

Deste modo, ao mudarmos as práticas de avaliação estaremos simultaneamente a mudar as práticas letivas, pois estaremos a ir ao encontro das necessidades de todos e de cada aluno/a. Estaremos também inevitavelmente a diversificar estratégias. De resto, aqui reside outro grande constrangimento que é a pouca diversificação de estratégias/instrumentos de recolha de

informação quer para a avaliação formativa quer para a avaliação sumativa. Com efeito, muitos docentes ainda fazem do teste o único instrumento de avaliação (sumativa) ou, se usam outros instrumentos, atribuem ao teste um peso excessivo. Usar sempre os mesmos instrumentos de recolha de informação, neste caso o teste, é estar a beneficiar sempre os mesmos alunos/as (aqueles que têm uma boa memória a curto prazo) e, por oposição, a prejudicar sempre os mesmos alunos/as (aqueles que não têm uma boa memória a curto prazo). Quando se pensa na diversificação dos processos de recolha de informação avaliativa temos que ter em conta também o princípio da simplicidade.

A literatura demonstra-nos que existem inteligências múltiplas. Segundo Howard Gardner, o que leva as pessoas a desenvolver capacidades inatas são a educação que recebem e as oportunidades que encontram. Para Gardner, cada indivíduo nasce com um vasto potencial de talentos ainda não moldado pela cultura, o que só começa a ocorrer por volta dos 5 anos. Segundo ele, a educação costuma errar ao não levar em conta os vários potenciais de cada um. Além disso, é comum que essas aptidões sejam sufocadas pelo hábito nivelador de grande parte das escolas. Preservá-las já seria um grande serviço ao aluno. (cf. <https://novaescola.org.br/conteudo/1462/howard-gardner-o-cientista-das-inteligencias-multiplas>).

Por que razão, então, os professores só trabalham para um ou dois tipos de inteligência? Atualmente, e afigura-se-nos que ainda mais num futuro próximo, a sociedade não necessita apenas de cidadãos que dispõem de conhecimentos memorizados, o que não invalida que não haja certos conhecimentos que tenham mesmo que ser memorizados. A sociedade de hoje e a dos próximos tempos necessita de cidadãos que saibam pesquisar, selecionar e tratar a informação, verificar a veracidade da informação e saber criticá-la. E necessita ainda mais de cidadãos que saibam resolver problemas, que saibam comunicar, que sejam autónomos, que sejam inventivos, criativos, que saibam pensar, interagir com os outros, respeitar diferenças, ter atitudes responsáveis perante os outros e o Ambiente. São estas competências que temos que desenvolver nos alunos/as. Para isso, temos que criar e ajudar a criar cenários de aprendizagem que permitam desenvolvê-las. Posto isto, cremos que não faz sentido avaliar os alunos com base em classificações obtidas em testes que não avaliam nada disto. O teste deverá ser um de entre muitos instrumentos de recolha de informação que nos permita dar *feedback* do ponto de situação do aluno/a face àquilo que era suposto o aluno saber acerca de algum conteúdo específico.

Continuando nesta linha de pensamento, é fundamental a abordagem transdisciplinar dos currículos e o trabalho colaborativo entre docentes, pondo sempre a tónica no desenvolvimento das competências do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória. Para isso é fundamental que o Agrupamento defina uma política de avaliação e uma política de classificação e que toda a comunidade educativa, sobretudo professores, alunos/as e encarregados/as de educação, se envolva e se aproprie de todos os conceitos.

A aprendizagem será cada vez mais ao longo da vida. Estima-se que num futuro próximo vão existir profissões que hoje ainda não conhecemos e que cada pessoa terá quatro ou cinco profissões (ou mais) ao longo da vida. Então, é preciso trabalhar a autonomia, a flexibilidade, mas também a curiosidade e o questionamento. A sociedade está a mudar a um ritmo vertiginoso. Se a escola não mudar, estaremos a formar cidadãos despreparados para a vida. E estaremos a beneficiar uma pequena minoria de alunos, que se adapta melhor à memorização e reprodução de conhecimentos, em detrimento de um grande número de alunos/as com outras inteligências igualmente importantes mas que a escola não está a valorizar. É isso que queremos? Não, ambicionamos a mudança!

Nos critérios de avaliação que o Agrupamento adotar, deverão estar presentes os seguintes princípios: princípio da melhoria da qualidade das aprendizagens, princípio da diversificação, princípio da positividade, princípio da transparência e princípio da integração curricular.

Apesar da extraordinária importância que a avaliação formativa tem no processo de desenvolvimento das aprendizagens, não podemos obviamente esquecer a avaliação sumativa, pois é ela que nos permite indicar num determinado momento se determinada(s) aprendizagem(ens) foram efetivamente desenvolvida(s) pelos alunos/as. Daqui se infere que a própria avaliação sumativa também poderá ter uma função formativa e fornecer *feedback* aos alunos/as e docentes. A outra função da avaliação sumativa poderá ser a de atribuir classificações, em momentos pontuais e no final de cada período letivo ou de certificar.

Perante o exposto, o Agrupamento tem um longo caminho a percorrer, começando por clarificar conceitos, refletir sobre as práticas letivas e avaliativas, explicar como se pode fazer uma correta avaliação formativa, discutir o que se pretende que os

alunos aprendam para depois se pensar em cenários de ensino-aprendizagem, promover o trabalho colaborativo entre alunos e professores e entre professores, “destronar” o teste como único elemento de recolha de informação e, por fim, definir uma política de avaliação e uma política de classificação.

O caminho não vai ser fácil, mas contamos com a nossa resiliência para se poder fazer a mudança de forma paulatina e consolidada. Há quatro palavras que serão importantes em todo este processo: acreditar, comunicar, envolver e colaborar. O caminho faz-se caminhando e qualquer caminhada começa sempre pelo primeiro passo.

Antes de apresentarmos o Projeto RAMA, fizemos uma análise dos fatores que se constituem como forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (análise FOFA).

Análise FOFA

Forças <ul style="list-style-type: none">- Grupo de docentes motivado para a mudança;- Grupo de 8 docentes com formação no projeto MAIA e com grande representatividade no Conselho Pedagógico;- Abertura da Direção à mudança.	Fraquezas <ul style="list-style-type: none">- Grande peso dado à classificação;- Grande peso dado ao teste;- Dificuldade em trabalhar colaborativamente (incompatibilidade de horários);- Nem todos os alunos demonstram estar a desenvolver as competências desejadas.
Oportunidades <ul style="list-style-type: none">- Legislação;- Sensação global de que estamos no “timing” certo para a mudança;- Muitos <i>webinars</i>, ações de formação sobre a avaliação formativa, <i>feedback</i> de qualidade, metodologia de projeto, etc.	Ameaças <ul style="list-style-type: none">- Em todos os departamentos há docentes que ainda estão muito arraigados a práticas de classificação;- Resistência à mudança por parte de docentes;- Elevada mobilidade anual do corpo docente;- Os encarregados de educação podem ficar inseguros ao considerar que só os testes é que “avaliam” bem.

Medida 1	
1. Fragilidade/problema a resolver	Problema: - Utilização indiferenciada por parte da comunidade educativa (professores, alunos e pais) dos conceitos de avaliação e de classificação.
2. Designação da medida	Avaliar é diferente de classificar!
3. Objetivos a atingir com a medida	- Diferenciar, clarificando, os conceitos de avaliação e de classificação; - Iniciar e manter um processo de reflexão sustentado que leve à apropriação dos seguintes conceitos: classificação, avaliação formativa, avaliação sumativa com fins classificatórios, avaliação sumativa com fins formativos, <i>feedback</i> de qualidade, avaliação criterial, avaliação normativa; - Definir claramente no Agrupamento uma política de avaliação e uma política de classificação.
4. Destinatários da medida	- Professores; - Alunos; - Pais/Encarregados de educação.
5. Metas a alcançar com a medida	No início do ano letivo de 2021-2022 - Todos os docentes deverão apropriar-se da diferença entre os conceitos de avaliação e classificação; - Definição no Agrupamento de um conjunto de critérios de avaliação, que poderão ser ajustados ao longo do ano letivo 2021-2022. No final do ano letivo 2021-2022 - Todos os intervenientes no processo de avaliação distinguem claramente os conceitos de avaliação e de classificação. - Todos os docentes adotam práticas que revelem uma apropriação dos seguintes conceitos: classificação, avaliação formativa, avaliação sumativa com fins classificatórios, avaliação sumativa com fins formativos, <i>feedback</i> de qualidade, avaliação criterial, avaliação normativa; - Todos os docentes utilizam pelo menos dois tipos de procedimentos e dois tipos de instrumentos diferentes de recolha de informação ao longo de cada período. No final do ano letivo 2022-2023 - Definição das políticas de avaliação e de classificação do Agrupamento e sua inclusão nos documentos estruturantes do Agrupamento; - Adoção de uma prática avaliativa coerente e consistente, na qual estejam espelhadas claramente as políticas de avaliação e de classificação do Agrupamento.
6. Atividade(s) a desenvolver no âmbito da medida/calendarização	Final do ano letivo de 2020-2021 - Apresentação do projeto MAIA ao Conselho Pedagógico e sua apreciação/aprovação; - Decisão do Conselho Pedagógico de que não se fará, no final do ano letivo 2021-2022, uma comparação entre os resultados da avaliação interna e da avaliação externa (Provas Finais de Português e de Matemática no 9.º ano de escolaridade); Setembro de 2021 - Apresentação do projeto MAIA a todos os docentes, dando ênfase aos conceitos de avaliação e classificação; - Aprovação pelo Conselho Pedagógico dos critérios de avaliação para o ano letivo 2021-2022, com base em competências/domínios e não em instrumentos de avaliação; - Realização de uma ação de formação de curta duração (6 horas) sobre o Projeto MAIA (dinamizada pelo CFAE); - Criação de uma equipa de apoio ao Projeto MAIA, constituída por elementos com formação no Projeto; - Início da reflexão sobre os critérios de avaliação transversais do Agrupamento. - Criação de Conselhos de Ano, com tempos comuns para trabalho colaborativo. Ao longo do ano letivo 2021-2022 - Debate nas reuniões de departamento/conselhos de turma/conselhos de ano sobre as dúvidas, dificuldades/potencialidades e conquistas na implementação das novas práticas de avaliação; - Elaboração partilhada de recursos que sustentem uma base de trabalho colaborativo (exemplos: rubricas, instrumentos de recolha de dados, <i>feedback</i>); - Utilização de técnicas e instrumentos de recolha de informação diversificados. Ao longo do ano letivo 2022-2023 - Definição dos critérios de avaliação transversais e de critérios de classificação do Agrupamento; - Inclusão destes critérios nos documentos estruturantes do Agrupamento; - Implementação nas práticas letivas dos critérios definidos pelo Agrupamento para avaliação e para classificação.
7. Responsáveis pela execução da medida	- Membros da equipa de apoio ao Projeto MAIA; - Conselhos de Ano/Turma; - Departamentos curriculares; - Conselho Pedagógico.
8. Recursos	- Tempos comuns nos horários dos docentes para trabalho colaborativo e para debate; - CFAE - Margens do Guadiana.
9. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida	A definir aquando da implementação do projeto tendo por base: - Reflexão ao nível do departamento; - Recolha de dados pelo Observatório de Qualidade; - Supervisão pedagógica interna entre pares (colaborativa); - Monitorização pela equipa de apoio ao projeto.
10. Princípios de avaliação valorizados na medida	Princípio da melhoria da qualidade das aprendizagens; Princípio da diversificação; Princípio da positividade; Princípio da transparência; Princípio da integração curricular.

Medida 2	
1. Fragilidade/problema a resolver	Problema: A avaliação no modo como é feita não promove as aprendizagens de todos os alunos/as.
2. Designação da medida	Avaliação para as aprendizagens
3. Objetivos a atingir com a medida	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar uma avaliação para as aprendizagens e não apenas uma avaliação das aprendizagens; - Fornecer a todos os alunos/as um <i>feedback</i> de qualidade; - Utilizar rubricas na avaliação formativa e sumativa; - Diversificar as técnicas e os instrumentos de recolha de informação na avaliação formativa e sumativa de modo a dar várias oportunidades aos alunos de demonstrarem o que sabem e conseguem fazer e assim melhorar as suas aprendizagens; - Envolver os alunos no processo de avaliação (formativa e sumativa); - Promover a autoavaliação regular dos alunos; - Promover a autorregulação dos alunos/as; - Envolver os pais/encarregados de educação na avaliação; - Promover a autorreflexão e autorregulação acerca das práticas letivas.
4. Destinatários da medida	<ul style="list-style-type: none"> - Professores; - Alunos; - Pais/Encarregados de educação;
5. Metas a alcançar com a medida	<p>Ao longo do ano letivo 2021-2022</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os docentes deverão fornecer a todos os alunos/as um <i>feedback</i> de qualidade em pelo menos dois momentos por período ou em dois instrumentos utilizados; - Os docentes deverão utilizar pelo menos uma rubrica, por período, na avaliação formativa e sumativa; - Os docentes deverão envolver os alunos no processo de avaliação (formativa e sumativa), solicitando a sua participação na definição de critérios e descritores de desempenho e partilhando-os com eles; - A autoavaliação dos alunos deve ser uma prática regular. - Os docentes deverão envolver os pais/encarregados de educação na avaliação dos alunos/as; <p>No final do ano letivo 2022-2023</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os docentes deverão realizar uma avaliação para as aprendizagens e não apenas uma avaliação das aprendizagens.
6. Atividade(s) a desenvolver no âmbito da medida/calendarização	<p>Ao longo do ano letivo 2021-2022</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de trabalho colaborativo para discutir ideias, partilhar experiências, partilhar materiais, construir instrumentos, debater vantagens e desvantagens dos instrumentos criados (...); - Definição, em conjunto com os alunos, de critérios e descritores de desempenho para elaboração das rubricas de avaliação dos trabalhos solicitados e partilhá-los quando concluídos; (<i>feed-up</i>); - Utilização das rubricas construídas com os alunos ao longo da realização dos trabalhos para dar <i>feedback</i> de qualidade aos alunos e para promover a autorregulação (<i>feedback</i> e <i>feed-forward</i>); - Promoção, junto dos alunos, de vários momentos de autorreflexão e autoavaliação; - Utilização do Google Classroom para atribuição de tarefas e posterior registo de <i>feedback</i>, que possa ser consultado pelos encarregados de educação; - Nas reuniões entre os diretores de turma e os encarregados de educação criar um ponto na ordem de trabalho sobre a avaliação formativa. <p>No final do ano letivo 2022-2023</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão no guião de observação de atividade/aula de descritores específicos para a verificação da adoção de práticas de avaliação para as aprendizagens. - Apresentação dos resultados recolhidos no âmbito das práticas de avaliação para as aprendizagens, na reunião final de “Boas Práticas”.
7. Responsáveis pela execução da medida	<ul style="list-style-type: none"> - Membros da equipa de apoio ao Projeto MAIA; - Conselhos de Ano/Turma; - Conselho de Diretores de Turma; - Departamentos curriculares; - Conselho Pedagógico.
8. Recursos	- Tempos comuns nos horários dos docentes para trabalho colaborativo e para debate
9. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida	<p>A definir aquando da implementação do projeto tendo por base:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reflexão ao nível do departamento; - Recolha de dados pelo Observatório de Qualidade; - Supervisão pedagógica interna entre pares (colaborativa); - Monitorização pela equipa de apoio ao projeto.
10. Princípios de avaliação valorizados na medida	<ul style="list-style-type: none"> - Princípio da melhoria da qualidade das aprendizagens; - Princípio da diversificação; - Princípio da positividade; - Princípio da transparência; - Princípio da integração curricular.